

Índice

Diferenciação de felicidade.....	1
Estudantes chineses internacionais: tartarugas voltam à praia	3
“Privacidad es poder”	4
“Un daño irreversible”	5

Diferenciação de felicidade

Diferenciações educativa, salarial, de género, digital, de oportunidades, matrimonial... E agora, a diferenciação de felicidade. Bradford Wilcox e Melissa Langsam Braunstein, investigadores do Institute for Family Studies, renovaram os estudos da desigualdade, mostrando que as pessoas com menos estudos e rendimentos são aquelas que mais estão a sofrer os efeitos da falta de família, religião, trabalho e comunidade. Um documentário veio ilustrar as suas descobertas com histórias da vida real.

Que o número dos que jogam *bowling* a sós tenha aumentado nos Estados Unidos não é uma boa notícia. Com essa célebre metáfora que dá título ao seu livro “Bowling Alone” (2000), o sociólogo de Harvard, Robert Putnam, explicou como a deterioração dos vínculos sociais e das redes de apoio mútuo estava a deixar cada vez mais pessoas afastadas do sonho americano. Em “[Our Kids](#)” (2015) completou o diagnóstico, ao identificar que essa perda de capital social estava a ser mais forte nos lares com pais sem título universitário (“Aceprensa”, 16.4.2015).

Wilcox e Braunstein retomaram esta pista e mostram que cada vez mais norte-americanos pobres e da classe trabalhadora (sem estudos universitários) estão a afastar-se de quatro bens que, para muita gente, costumam ser fontes de felicidade: a família, a fé, o trabalho e a comunidade. Algo que não acontecia há meio século, quando “não havia grandes diferenças de classe” no acesso a esses bens que “nos ligam aos outros e que dão sentido às nossas vidas”.

72 % dos norte-americanos com título universitário declaram-se felizes, enquanto que apenas 37 % dos que não terminaram o secundário e 59 % dos que o terminaram, afirmam o mesmo. O padrão repete-se consoante o nível de rendimentos, mas mitigado. Trata-se de uma diferença invisível, sobre a qual existe muito pouca informação. E embora a [investigação](#) dirigida por Wilcox só apresente correlações – mais ou menos consistentes –, representa um valioso esforço para compreender aquilo que existe por detrás do dramático aumento das [“mortes por desespero”](#) ocorridas entre a classe trabalhadora (“Aceprensa”, 17.11.2015).

Não é que a família, a fé, o trabalho e a comunidade garantam automaticamente a felicidade, mas é verdade – como mostram os inquéritos nacionais que mencionam – que ela costuma ser maior, em geral, entre os casados, do que entre os que vivem em união de facto, ou se encontram solteiros; entre os que vão mais aos serviços religiosos, do que entre os que vão menos; entre os que têm um trabalho a tempo inteiro, do que entre os que têm um a tempo parcial, ou estão desempregados; e entre os que participam nalgum voluntariado, do que entre os que não o fazem. Por isso, a distribuição desigual desses bens acrescenta novas desvantagens à falta de recursos socioeconómicos, como salientou Wilcox [noutro estudo](#) centrado em tendências familiares (“Aceprensa”, 29.9.2017).

Alguns dados dão pistas sobre a magnitude da diferença. Cerca de 80 % dos residentes em bairros ricos estão casados, enquanto que nos mais pobres essa percentagem baixa para 30 %. Nos anos 60 do século passado, 90 % dos indivíduos com título universitário e 80 % dos restantes tinham um emprego; em 2010, as percentagens caem para 87 % e para 53 %, respetivamente. 50 % dos que têm estudos universitários assistem a um serviço religioso pelo menos duas vezes por

mês, enquanto que somente 37 % dos que têm um nível de estudos inferior praticam com essa assiduidade. 33 % dos que têm maior formação participam num trabalho de voluntariado, contra 15 % dos outros.

Wilcox e Braunstein querem sublinhar que a desigualdade e a pobreza não são só problemas económicos. Ou por outras palavras: que o dinheiro não explica todas as desvantagens. Como Putnam [salientou num colóquio](#) com o ex-presidente Barack Obama e outros convidados, “se nos preocupa a pobreza, temos de nos interessar também pela (...) dimensão familiar deste problema”. E acrescentava, dirigindo-se aos seus colegas de esquerda: “Não deveríamos dar por adquirido que quem se pronuncie sobre estabilidade familiar está a dizer que a economia não interessa. Claro que interessa. Trata-se de ambas as coisas, não de uma ou da outra”.

O documentário “The Social Divide”, de meia hora, junta rostos concretos aos dados de Wilcox e Braunstein. Embora não haja receitas de felicidade iguais para toda a gente, deve sublinhar-se a existência de certas constantes que servem para detetar ótimos sociais, válidos tanto para os habitantes de Reno (Nevada), como para os de Chattanooga (Tennessee), as cidades onde vivem as cinco famílias que aparecem no vídeo.

Nathan tem 40 anos. Não terminou o secundário e agora está desempregado, devido a problemas de saúde. Vive com a ajuda do Estado. Há dois anos e meio descobriu que tinha uma filha, de quatro anos. Ganhou a custódia e agora procura dar-lhe a melhor vida possível. “Para mim, a felicidade é ver que ela é feliz”.

Steven também não acabou o secundário, mas conseguiu um trabalho a tempo inteiro numa organização de beneficência católica que dá de comer a pessoas sem lar. Ele próprio dormiu na rua uma temporada. O trabalho fê-lo sentir-se útil, e agora considera-se capaz de pôr ordem noutros aspetos da sua vida. Tem um filho com a sua noiva e planeiam casar-se. “Necessito da minha família. Isso é o que sempre quis na minha vida”.

Igualmente Montague, marido e pai, está satisfeito com o seu trabalho como agente de polícia. Mas os seus horários são difíceis. Sempre que pode, deixa claro que uma das suas maiores alegrias é chegar a casa e abraçar os seus cinco filhos. “Vejo as caras deles a sorrir, o seu entusiasmo ao verem-me, e resta-me mudar de roupa e ser papá”.

Mais à frente – as histórias das cinco famílias vão sendo narradas de forma gradual –, vemos que a vida familiar de Montague não é um mar de rosas. Conta-o Cara, a sua mulher, cansada de viver “na modalidade sobrevivência” por causa das exigências de criar os filhos. Mas gostam um do outro e apoiam-se mutuamente. E também encontram ajuda na prática religiosa e num pequeno grupo de casais amigos com os quais se reúnem para rezar e conversar. Cara implementou uma rede de apoio a mães solteiras na universidade. “Estar na vida de outras pessoas simplesmente muda a nossa perspetiva”, afirma.

Jason e Shannon, com estudos universitários, são, à vista de todos os que começam a ver o documentário, um casal feliz da classe média, com dois filhos e prósperas carreiras profissionais. Mas a meio do documentário descobrimos que superaram uma tragédia na forma de infidelidades. Shannon bateu no fundo e confessou a Jason o sucedido. Graças à sua fé, ele perdoou-lhe e continuaram a sua união, também com o apoio da família extensa. Agora equilibram os seus trabalhos com a ajuda a outros casais que passaram pelo mesmo.

“Os norte-americanos de classe média não só têm mais probabilidades de se casarem, como também de permanecerem casados”, explica Wilcox no documentário. “E não porque os seus casamentos sejam muito melhores do que os dos outros, mas porque no mais fundo da sua intimidade descobriram que o seu bem-estar e a sua felicidade, e a dos seus filhos, têm ligação com a sua capacidade de superar em conjunto os momentos difíceis”.

A vida de Chandra, mãe solteira, segue por outros caminhos. Teve quatro filhos com quatro homens diferentes. Não tem ninguém a ajudá-la em casa, daí só se permitir um emprego a tempo parcial: embora goste imenso do seu trabalho atual numa pastelaria – “decoro bolinhos; sou decoradora” –, tem de tomar conta dos seus filhos. Agora, regressou à prática religiosa e continua decidida a ir em frente com eles, sendo apoiada por uma organização de beneficência.

A sua história faz pensar na frase de Putnam sobre “a dimensão familiar” da pobreza. E noutra de uma das especialistas que intervém no documentário, Julie Baymgardner, diretora da organização First Things First, que ajuda os casais a permanecerem casados: “Há muita gente por aí que passou por muitas coisas”.

Esse é um dos objetivos do documentário: mostrar aos mais afortunados como vivem os outros. “Trata-se de sair da zona de conforto, comprometer-se com a comunidade e abrir os olhos para as oportunidades que estão literalmente à nossa volta”, diz Baymgardner.

Esta abordagem personificada, que antepõe os dramas da vida real à ideologia, também pode ajudar a furar as bolhas ideológicas, para que progressistas e conservadores comecem a atuar juntos contra a desigualdade.

J. M.

Estudantes chineses internacionais: tartarugas voltam à praia

Estudar no estrangeiro, fundamentalmente nalgum dos países desenvolvidos do Ocidente, é a aspiração de cada vez mais jovens chineses. Querem viajar para se formarem e depois regressarem a casa, ao que é seguro. Para um país no qual, em última análise, não se opõem ao governo do Partido Comunista, sendo-lhes garantida uma existência tranquila.

Os números permitem constatar a tendência de olhar para fora: em 2009, 229 000 jovens foram para o estrangeiro estudar e, em 2019, fizeram-no 700 000. Para onde têm ido ultimamente? No essencial, para o Reino Unido. Os Estados Unidos lideravam as preferências até 2015, mas a chegada de Donald Trump à Casa Branca e o aumento dos delitos contra cidadãos asiáticos, enfureceram o ambiente, pelo que, em 2020, os estudantes chineses já apostaram mais no Reino Unido do que nos Estados Unidos.

Muitos outros vão para o Canadá, a Austrália, o Japão, a Alemanha, etc. E também há opções para aqueles que não podem arcar com os elevados gastos de matrícula e alojamento numa grande cidade de um país rico, pelo que apostam em escolas de outros países da vizinhança geográfica. O fundamental é sair da China, que é o pretendido por 90 % dos estudantes pré-universitários, segundo uma sondagem do [“South China Morning Post”](#).

Têm os seus motivos. Xiong Bingqi, subdiretor do 21st Century Education Research Institute de Xangai, explica ao citado meio que “alguns menores não têm um *hukou* [o imprescindível registo] na cidade onde vivem e estudam, pelo que não estão autorizados a fazer o exame para entrar no curso pré-universitário dessa localidade, nem o exame nacional de entrada na universidade [o multitudinário *gaokao*]; por isso, optam por ir para outro país”.

Por outro lado, além de evitar estes problemas, matricular-se e formar-se em qualquer das universidades ocidentais de maior prestígio académico concede ao formado, um acrescento de competências profissionais e conhecimento de idiomas que são muito apreciados no mercado laboral chinês. Ao fim e ao cabo, do que se trata em grande parte dos casos, como dizíamos no início, é de regressar.

Em dezembro de 2020, o Ministério da Educação chinês [comunicou](#) que, dos 2,51 milhões de jovens que saíram para estudar entre 2016 e 2019, haviam regressado dois milhões. A [“The Economist”](#) (21.1.2021) vai um pouco mais longe no tempo e refere que, se em 2001, só regressavam 14 %, desde 2013, fazem-no 80 %. São na gíria local, os *haigui*, “tartarugas marinhas”, assim chamados devido ao hábito desses répteis de regressar à praia onde puseram os ovos.

Porquê regressar à China? Nalguns casos, como agora sob a pandemia, porque o contexto aconselha que se está melhor em

casa. Calcula-se que, por exemplo, nos primeiros nove meses de 2020, regressaram 800 000, ou seja, 200 000 mais do que em 2019.

Mas há motivos menos temporais, como o atrativo que constitui a ascensão do setor tecnológico chinês: segundo explica a publicação britânica, os jovens formados nessas especialidades têm bastante facilidade em obter créditos para empreender os seus próprios projetos empresariais. Se, além disso, os seus pais tiverem boas ligações, tudo pode concretizar-se rapidamente.

O sociólogo Matthew Wong, da Universidade de Hong Kong, [salia](#) outras vantagens e cita a decisão de cidades como Shenzhen – a terceira mais rica, somente atrás de Xangai e Pequim – de oferecer um cadastramento preferencial aos formados no estrangeiro. Igualmente, muitas empresas interessadas em se expandir globalmente interessam-se por eles, pois com a sua experiência noutros países, podem ajudá-las a lançar raízes fora da China. Além disso, o relatório “Chinese Overseas Returnees Employment and Entrepreneurship”, de 2019, revela que 60 % dos regressados disseram tê-lo feito, porque queriam regressar ao calor do lar familiar, e 42 % afirmaram que o fizeram devido à sua confiança no futuro económico do país.

Viver num país com um grave défice democrático e ter a oportunidade de estudar numa sociedade democrática avançada, costuma terminar, bastantes vezes, na permanência do estudante no país de destino. Sucede no caso dos cubanos e dos vietnamitas.

Os chineses, no entanto, regressam, embora os argumentos económicos ou afetivos, citados anteriormente, não bastem para explicá-lo. Talvez tenha a ver com o retrato que a [“The Economist”](#) traça destas jovens gerações: crescidas na era de Xi e acostumadas à propaganda nacionalista, mostram um total desapego pelos valores liberais. Muitos sentem-se confortáveis com a narrativa oficial e não se preocupam em contrariá-la. De facto, a um professor de Hong Kong chamou a atenção que, em 2019, durante a revolta contra o regime de Pequim nesse território, os seus alunos chineses se informassem unicamente sobre a situação através dos meios de comunicação oficiais, apesar de estarem fora do território continental e terem acesso a múltiplas fontes *online*.

Segundo Stephanie Studer, correspondente do semanário britânico na China, um certo “sentimento patriótico” está a aumentar entre os jovens. Essa emoção impulsiona-os, por exemplo, a coordenar-se para boicotar empresas ou personalidades que de algum modo critiquem o regime – a empresa H&M teve de enfrentar o boicote dos jovens comunistas devido à sua recusa em utilizar algodão produzido presumivelmente por trabalhadores escravos –, enquanto questionam cada vez menos a conceção oficial de que a pátria e o governo constituem uma unidade.

Diz Stephanie Studer: “Para muitos ocidentais e veteranos liberais chineses, faltam aos jovens as qualidades pelas quais

se notabilizou a geração de Tiananmen: os ideais, a rebeldia, a coragem. Os *jiulinghou* – os nascidos depois de 1990 – são vistos como apolíticos, com exceção do seu patriotismo ingénuo e atrevido: muito preocupados em avançar, mas somente para comprarem o último iPhone”.

Daí que, estando relativamente confortáveis no plano laboral, prestigiados com um título britânico ou norte-americano, com a família a pouca distância e com um bom telemóvel à mão, a muitos lhes satisfaça regressar a casa. Mas, não esquecer: quietinhos.

L. L.

“Privacidad es poder”

“Privacy is Power”

Autora: Carissa Véliz
Debate. Barcelona (2021)
304 págs.

Carissa Véliz é uma jovem professora de Oxford especialista em privacidade, pelo que não é estranho que a primeira parte da obra se centre numa descrição pormenorizada e rigorosa, com numerosos exemplos relevantes, sobre a perda de intimidade que sofremos nas duas últimas décadas. A esta situação se chegou devido a certas crises. Por exemplo, após o ataque do 11 de setembro de 2001, aumentou a nossa necessidade de proteção; da mesma forma, a pandemia veio salientar a importância do controlo.

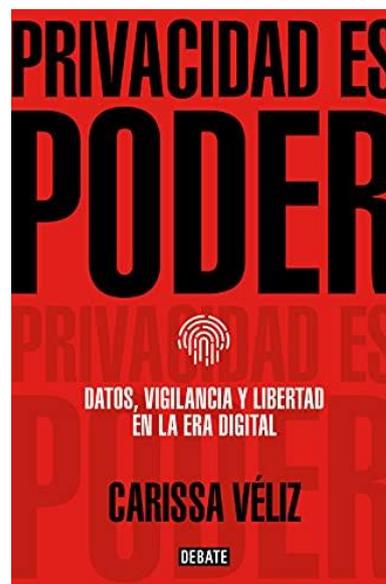
O problema é que agora nos encaminhamos para tecnologias ainda mais invasivas, como os satélites que gravam tudo em direto, o reconhecimento facial contínuo, a recolha dos nossos dados médicos, etc. O curioso é que muitas vezes somos nós, os próprios utentes, que estamos encantados e satisfeitos com os serviços por medida que nos são oferecidos graças à recolha em massa de dados, seja na forma de sugestões sobre compras, ou conselhos sobre a saúde, por exemplo.

“Privacidad es poder” permite compreender como o objetivo das grandes tecnológicas é conhecer os gostos e conseguir a atenção da audiência para vender publicidade o mais personalizada possível. Isso significa que o problema não é tanto que vendam os nossos dados pessoais, mas a possibilidade de influir diretamente sobre cada um de nós. E embora gostemos de pensar que somos autónomos nas nossas decisões, na realidade não

é assim, como mostrou o escândalo da [Cambridge Analytica](#). A autora insiste na necessidade de que qualquer sociedade deve perceber as coisas como elas são e que os ecrãs não mostrem a cada um mensagens diferentes ou opostas acerca da mesma coisa consoante as suas preferências. Esta é uma das razões pelas quais a desinformação e a polarização se alargam com tanta rapidez.

Poderíamos pensar que a nossa relação com a tecnologia está muito assente e não pode ser alterada, como se respeitar o direito à privacidade fosse uma quimera impossível. No entanto, Carissa Véliz explica que a mudança é possível e muito necessária. Daí que o ensaio não se fique apenas pela análise da situação e ofereça propostas muito concretas para alterar o atual panorama. Algumas poderão ser mais realistas do que outras, mas depois de lê-lo, podemos decidir mudar os hábitos digitais e procurar influir publicamente para que haja mais pressão social e política sobre as grandes empresas tecnológicas. Sem dúvida que estamos perante uma leitura muito recomendável na abordagem a um dos temas mais decisivos da próxima década.

J. G. H.



“Un daño irreversible”

“Irreversible Damage”

Autora: Abigail Shrier
Deusto. Barcelona (2021)
304 págs.

Apesar da “The Economist” e da “The Time” terem considerado “Irreversible Damage” como um dos livros do ano, a publicação deste ensaio e tradução envolveram polémica, [tentativas de censura](#) e autênticas batalhas campais no Twitter. Qual o problema? Muitos acusam a sua autora, Abigail Shrier, de fobia para com os trans e incitadora do ódio. Na realidade, esta jornalista, que se considera progressista, simplesmente decidiu investigar o crescimento exponencial da disforia de género entre raparigas adolescentes.

A sua hipótese inicial era que muitas destas raparigas provavelmente não tinham disforia de género, mas algum transtorno provocado pela adolescência, que é sempre conflituosa, especialmente para uma rapariga. A suposta disforia, suspeitava Shrier, podia corresponder em muitos casos a uma moda social que era encorajada pelos meios de comunicação e se apoiava numa presença esmagadora no mundo digital e num ativismo LGTB que conquistou uma parte significativa dos médicos. Para demonstrar a sua hipótese – que fica demonstrada –, Shrier fez centenas de entrevistas a raparigas transgénero, familiares, *influencers trans*, médicos e terapeutas especialistas em género.

O livro é uma dissecação extremamente interessante de uma situação que, especialmente nos EUA, começa a ter números e traços de epidemia. Em vários momentos, Shrier compara a disforia com o que significou a anorexia há alguns anos: um transtorno da autoperceção nas adolescentes que se contagiava com rapidez entre amigas e que era alimentado nas páginas *web* e redes de apoio *online* onde as raparigas podiam descobrir dicas para continuar a emagrecer. A diferença – e é neste ponto onde insiste mais Shrier – é que, enquanto na anorexia a nenhum terapeuta ocorria reforçar a perceção das adolescentes e muito menos submetê-las a qualquer intervenção para que deixassem de se considerar gordas, a chamada terapia afirmativa de género, que é a que se aconselha agora, passa exatamente pelo contrário: reafirmar rapidamente a – muitas vezes incipiente – disforia de género, administrar testosterona e facilitar as intervenções necessárias de modo a fazer a transição para o sexo oposto. E tudo isso, sob o olhar atónito de alguns pais que muitas vezes pedem, simplesmente, alguma paciência para que as suas filhas saiam do turbilhão da adolescência, e os quais são acusados também de fobia para com os trans e se ameaça que as suas filhas poderiam suicidar-se se não começarem rapidamente com terapias hormonais.

Shrier não tem dúvidas em qualificar todo este processo como uma loucura transgénero e uma absoluta humilhação da ciência médica e, inclusivamente, do mais elementar senso comum, em face da ideologia e do ativismo. A jornalista afirma que ainda é cedo para avaliar os danos desta loucura, mas lamenta especialmente que muitas raparigas tenham tomado decisões irreversíveis com 15 ou 16 anos. E lamenta igualmente que o radical desprezo pela mulher seja subjacente a esta ideologia. Um desprezo que, apoiado em campanhas enganadoras, foi assumido e continua a ser assumido por milhares de raparigas adolescentes.

A. S. N.

